



Periódico Eletrônico

Fórum Ambiental

da Alta Paulista

ISSN 1980-0827
Volume 9, Número 11, 2013

Saúde, Saneamento e
Meio Ambiente



Titulo do Trabalho

SANEAMENTO E EPIDEMIOLOGIA AMBIENTAL: DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICA

Nome do Autor (a) Principal

Caroline de Faveri

Nome (s) do Coautor (a) (s)

Nome (s) do Orientador (a) (s)

Luis Fernando Rossi Léo

Instituição ou Empresa

Instituição (s) de Fomento

**UNILINS – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LINS
UNOESTE – UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA,
PRESIDENTE PRUDENTE-SP**

E-mail de contato

carolinedefaveri@yahoo.com.br



Palavras-chave

Saneamento Básico, Epidemiologia, Saúde Pública.

1. INTRODUÇÃO

A contaminação de mananciais impede, por exemplo, seu uso para abastecimento humano. A alteração da qualidade da água agrava o problema da escassez desse recurso. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 25 milhões de pessoas no mundo morrem por ano em virtude de doenças transmitidas pela água, como cólera e diarreias. A OMS ainda indica que nos países em desenvolvimento, caso do Brasil, 70% da população rural e 25% da população urbana não dispõem de abastecimento adequado de água potável.

A água usada para abastecimento doméstico deve apresentar características sanitárias e toxicológicas adequadas, tais como estar isenta de organismos patogênicos e substâncias tóxicas, para prevenir danos à saúde e ao bem estar do homem.

Acredita-se que 80% dos leitos de países em desenvolvimento são ocupados por pessoas com doenças transmissíveis pela água (AZEVEDO NETO & BOTELHO, 1991:14). Observa-se ainda que a escassez de água seja mais prejudicial à saúde, quanto à água de baixa qualidade.

Uma vez que doenças tendem a se proliferar com maior intensidade e rapidez na falta de higiene. Por tanto o sistema de abastecimento de água de uma comunidade desde a captação, adução, tratamento, recalque e distribuição, deve ser bem projetado, construído, operado, mantido e conservado, para que a água não se torne veículo de transmissão de diversas doenças; essas doenças podem ser classificadas em dois grupos:

Doenças de transmissão hídrica: veículo de transmissão de doenças relacionadas com o intestino. Microorganismos patogênicos responsáveis por essas doenças chegam aos corpos hídricos através de excretas de animais ou pessoas contaminadas.

Doenças de origem hídrica: são decorrentes de certas substâncias encontradas na águas em teor alterado e variado.

No Brasil, 90% da população têm acesso à água potável e 75% a esgoto. O



restante está sujeito a fontes contaminadas por defensivos agrícolas, esgoto industrial e doméstico, resíduos de plástico, petróleo e metais pesados (DATASUS).

Segundo a Organização Mundial da Saúde esta relação incorpora todos os elementos e fatores que potencialmente afetam a saúde, incluindo, entre outros, desde a exposição a fatores específicos como substâncias químicas, elementos biológicos ou situações que interferem no estado psíquico do indivíduo, até aqueles relacionados com aspectos negativos do desenvolvimento social e econômico dos países (OPS, 1990).

2. OBJETIVO GERAL

Este trabalho tem por objetivo demonstrar a correlação entre a falta de saneamento básico e a deterioração da saúde pública.

3. OBJETIVO ESPECÍFICO

Apresentar através de levantamento bibliográfico a importância de investir no saneamento básico para a prevenção de doenças ambientalmente transmissíveis por falta de condições sanitárias básicas, como: água e esgoto tratados.

4. METODOLOGIA

O trabalho teve a necessidade de realizar um levantamento bibliográfico a partir de livros, monografias, artigos, estudos relacionados com o tema contendo informações necessárias para a elaboração desta pesquisa.

Enquanto a pesquisa de campo foi à realização de obtenção de informações da área escolhida, neste caso o município de Lins.

5. RESULTADOS

Um grande fator que vem influenciando o declínio da mortalidade infantil é o saneamento básico. Em resumo, a principal causa de morte em menores de um ano é a diarreia, que provoca a desidratação do recém nascido. Que, por sua vez, estão



associadas à qualidade e quantidade de águas, bem como a qualidade de tratamento de esgoto da cidade.

Analisando o caso de Lins, interior do Estado de São Paulo, podemos concluir com os dados coletados o gráfico a seguir sobre a evolução da mortalidade infantil:

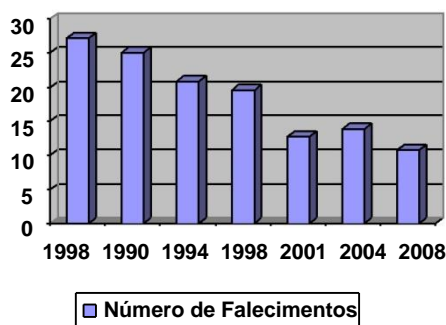


Gráfico 1: Evolução da Mortalidade Infantil.

Como podemos ver após o ano de 1997 houve uma grande queda na taxa de mortalidade isto porque foi neste ano que inauguraram a nova estação de tratamento de esgoto na cidade, tratando 100% do seu esgoto coletado.

Estudos realizados pelo SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, mostram que a mortalidade infantil no Estado de São Paulo entre crianças que vivem em domicílios que utilizam água de poço ou nascente é nitidamente superior (1,8 vezes) à aquelas que moram em residências à rede publica de água. Estes resultados sugerem os efeitos positivos da utilização de água tratada sobre a saúde do ser humano.

A existência ou não de canalização interna de água constitui outro fator muito relacionados aos riscos de morte de menores de um ano, pois representa a quantidade de água disponível na moradia. O nível da mortalidade infantil de crianças que vivem em domicílios sem canalização interna é cerca de 2,4 vezes superior ao daquelas que moram em residências que possuem este tipo de ligação. Esta diferença aumenta para 2,7 vezes ao considerar apenas os domicílios que têm acesso a rede geral.

Os dados que se referem ao tipo de esgotamento sanitário também indicam fortes variações nos níveis de mortalidade infantil. As diferenças de risco de morte infantil são de quase três vezes entre as categorias fossa negra e rede geral de esgoto e de quase duas vezes entre rede geral e fossa séptica.

Outro fator que pode interferir nestes diferenciais de morte infantil é a forma de utilização das instalações sanitárias, que pode ser de uso exclusivo do domicílio ou comum a mais de um domicílio.

Revelam, ainda, que criança submetida a condições inadequadas de saneamento ocorre um risco de morte 2,3 vezes superior ao daquelas que vivem em condições adequadas.

Estas evidências reforçam a idéia da forte influência das condições de saneamento sobre a mortalidade infantil e destaca a intensa desigualdade social que ainda prevalece no acesso aos benefícios do saneamento básico do Estado de São Paulo. A expansão mais rápida do saneamento em alguns setores da sociedade e com maior atraso em outros se reflete geograficamente na manutenção de importantes diferenças de cobertura de água e esgoto nível regional.

6. CONCLUSÃO

Está significativamente comprovado por números e dados que os riscos de morte de crianças com menos de um ano podem ser variáveis de acordo com a qualidade de saneamento da cidade, região em questão.

O resultado do estudo sugere efeitos positivos da água tratada sobre a saúde das crianças, porém não adianta muito ter saneamento disponível se houver a falta de informação e de divulgação de profilaxias para a mãe dessas crianças.

Para continuar com a redução de mortalidade, não só em Lins mas no Estado de São Paulo e no Brasil todo, é preciso fazer uma reavaliação e mapeamento das áreas mais carentes ou com maior número de mortalidade infantil e trabalhar com elas, melhorando, principalmente, o saneamento básico.

REFERÊNCIAS

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DA SAÚDE. Disponível em: <www.opas.org.br>. Acesso em: 10 de abril de 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Brasileira**. Bases para Discussão.



Periódico Eletrônico

Fórum Ambiental

da Alta Paulista

ISSN 1980-0827
Volume 9, Número 11, 2013

Saúde, Saneamento e
Meio Ambiente



Brasília: MMA; 2000.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Vigilância ambiental em saúde. Brasília: Funasa; 2000.

LEVELL H; CLARK EG. **Medicina preventiva**. São Paulo: McGraw-Hill; 1978

Fundação de Sistema Estadual Análise de Dados. Disponível em: <www.seade.gov.br>. Acesso em: 17 de Julho de 2009.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em: 5 de agosto de 2009.